



4746 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

ANTÍGONA: ANTE O SILÊNCIO E O CLAMOR DO CORO (POVO) ? reflexões sobre educação, política, Estado e redes sociais
Cláudia Soave - UCS - Universidade de Caxias do Sul
Daniela Corte Real - UCS - Universidade de Caxias do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ANTÍGONA: ANTE O SILÊNCIO E O CLAMOR DO CORO (POVO) - reflexões sobre educação, política, Estado e redes sociais

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre as atuais relações entre educação e política e suas interfaces com as redes sociais, trazendo a questão: Como (sobre)viver nas atuais condições impostas à educação brasileira: atacar, lutar, resistir ou escapar? Tomando Antígona como metáfora discutimos o equilíbrio configurado na figura do coro (povo) na tragédia grega e na atualidade, analisando implicações na atuação docente. Freire (1996) e Foucault (1982) permitem nosso embasamento. O primeiro, nos orienta em relação à concepção de autoritarismo e licenciosidade. E o segundo, a problematizar o *cuidado de si*, como movimento de contraconduta, aproximando-o aos horizontes da educação pela leitura de Veiga-Neto e Lopes (2016). Assim, compreendemos a importância de participação política, equilibrando silêncio e manifestação, observando a articulação entre a necessidade de *cuidado de si*, como forma de contraconduta e do nosso conhecimento como resistência, entendendo que, mesmo não havendo solução conciliatória, podemos protagonizar nossas ações com prudência e ativismo.

Palavras-chave: educação, política, redes sociais, contraconduta, *cuidado de si*

1 Antígona e o coro (povo): do papiro às redes sociais: influências, ecos e silêncios

Começar um texto pelos caminhos da tragédia grega é uma tarefa de dupla via, fascinante e, ao mesmo tempo, desafiadora. Consideramos essa sensação de dualidade como um misto de confiança e receio, cuja proposta nos faz transitar entre duas medidas, tal a figura de um equilibrista que se apoia na corda bamba, sem saber a condição do vento, mas que, mesmo assim, com passos firmes, inicia seu percurso.

A mesma figura do equilibrista nos faz considerar situação semelhante de imprevisibilidade, que insurge diante de nós educadores, nas atuais perspectivas da educação, em que muitos pontos de inflexão parecem constituir condutas acaloradas por discussões à beira de um abismo. Como se existissem apenas dois pontos cardeais (leste, oeste), dimensão que instiga-nos à questão: Como (sobre)viver nas atuais condições impostas à educação brasileira; atacar, lutar, resistir, escapar?

Ousamos fazer isso a partir de um texto que retoma Antígona. Pode parecer contraditório pensar em Antígona e na imagem de um equilibrista, visto que, nas tragédias gregas, os heróis suscitavam terror e piedade, em finais calamitosos, e é exatamente por esse motivo que pretendemos transitar nesta discussão. Não temos a pretensão de deslocar temporalmente a versão clássica do mito, descrita na obra do dramaturgo grego Sófocles. Faltaria conhecimento técnico e literário para isso. Todavia pretendemos trazer Antígona como metáfora para suscitar algumas reflexões no contexto atual.

Em primeiro lugar, quem foi Antígona? Antígona, personagem da tragédia grega de Sófocles, foi filha de Édipo e Jocasta, ambos destinados, fatidicamente, a serem irmãos e cônjuges. Noiva do príncipe Hêmon, filho do Rei Creonte, seu tio, irmão de sua mãe Jocasta. Teve três irmãos Ismênia, Polinice e Etéocles. Durante um conflito, em lados opostos ao rei, Antígona perde os dois irmãos que, em combate, agridem-se mutuamente e morrem.

Creonte, alegando traição de Polinice, nega e proíbe um sepultamento digno a este, condenando à morte aquele que ousasse retirar o corpo largado ao relento para satisfazer as aves famintas. Antígona recusa-se a aceitar a determinação do rei e, diante do declínio da irmã Ismênia, faz os trâmites do enterro sozinha, o que a leva à punição com sua própria vida. Mas uma tragédia grega como Antígona envolve também outros personagens em sua história, que assumem diferentes papéis.

Essas personagens organizam um tipo de narrativa polissêmica (BAKHTIN, 2000), permeada pelas vozes dos atores principais, do corifeu e do coro. Acostumadas que estávamos a fazer uma leitura linear, encadeada, fomos obrigadas a dar passagem para aqueles que se faziam ouvir nas narrativas (na tragédia grega). As vozes do coro nos atrapalhavam o pensamento, interrompiam aquilo que se pretendia entender porque exigiam o reconhecimento da alternância de turnos (BAKHTIN, 2000) - o que em literatura significa reconhecer os diferentes espaços de fala dos participantes de um diálogo.

As vozes do coro provocavam, perturbavam mesmo, ainda que, no nosso entendimento, trouxessem de certa forma o senso comum para a história. Nessa direção, o coro tem, e sempre teve, papel fundamental nas narrativas. E quando trazemos a Tragédia de Antígona como metáfora para discutir avanços, retrocessos e possibilidades ou (im)possibilidades

de sobrevivermos às condições impostas à educação brasileira, também refletimos sobre o papel do coro (povo).

Ainda assim não é possível ignorar, como explicita Nietzsche^[1] (1992), que “[...] a tragédia surgiu do coro trágico e que, originalmente, ela era só coro e nada mais que coro...” Nesse sentido, podemos dizer que o coro nasce como expressão dos sentimentos do coletivo e permite o reconhecimento daquilo que é comum. Para além disso, o coro tinha a função de externar os momentos de alegria ou terror que permeavam as narrativas. E, ao longo dos anos, sua função foi sendo modificada, deixando de ser como era no início da tragédia – parte principal da trama – para assumir, hodiernamente, uma função mais secundária – geralmente reservada ao comentário público.

Mas, não podemos pensar que o coro tinha uma função fixa em todas as tragédias gregas, isso seria simplista demais. Na verdade, ele assumia diferentes funções vinculadas aos contextos nos quais as histórias foram escritas. Para Orestes, o coro quase não tinha papel. Para Eurípedes, sua presença era marcante através da narrativa da história de milhares de mulheres embriagadas pelo deus Dionísio. Em Medeia, o coro era pobre, porque na peça não havia diálogos com a protagonista. Em “Os Sete contra Tebas” o coro resolve dilemas de sangue, já que os dois filhos de Édipo não se suportam e terminam matando um ao outro.

Em Antígona, o coro assume o papel de dizer o bem comum, de expressar a tragicidade imposta pela vida, ou como os gregos viam, conforme os deuses. O coro não se rebela, não argumenta e contrapõe. Seu texto assume um discurso esvaziado de sentido, que apenas acolhe o destino que não pode modificar. O coro se condói do sofrimento de Antígona e Hêmon, mas não interfere em seu destino. De certa forma, o coro assiste a tudo, incita à ação de outro e se cala!

Percebemos que, ao tentar retratar Antígona numa simples descrição, não conseguimos abarcar a dimensão e importância da personagem, pois é difícil concebê-la exercendo apenas um papel, tendo em vista a quantidade de interpretações e inter-relações subjetivas, sociais e políticas que a tragédia de Sófocles consegue esboçar sobre o perfil da personagem. Nos dias de hoje, vale perguntar: Que é ou quem quer ser Antígona? O que ela representa?

Por isso, a representação que vamos adotar, para delimitar nossa discussão, é a de Antígona como uma mulher forte e corajosa, que consegue dar voz àqueles que não podem falar, aos que estão calados, aos inseguros, aos fracos e aos temerosos. Uma defensora da justiça, que não se cala diante das limitações impostas pelos aspectos legais. Questionadora, preocupada e leal aos seus princípios, revela suas atitudes com coragem e determinação ao proclamar: “Não poderei ser acusada de traição para com meu dever.” (SÓFOCLES, 2005, p. 8).

Esse aspecto de Antígona nos faz enxergar elementos atemporais acerca da necessidade de se manifestar enquanto muitos se calam diante das diversas manifestações e atrocidades consideradas injustas. Para nós, Antígona ressoa hoje como a manifestação de quem não se conforma diante do que lhe é acenado como inconcebível. Todavia, entendemos que Antígona extrapola os limites da coragem,^[2] tornando-se destemida ao ouvir o coro. Isto é, movida pelo sentimento de justiça, sai em defesa do mais fraco, arcando as consequências de seus atos com a própria vida.

Antígona reverbera pela expressão, mesmo que isso lhe cause dor e infortúnio. Posiciona-se contra o sistema vigente e desafia os abusos de poder do soberano. Sua fala, diante do rei, revela uma atitude emancipatória de enfrentar o perigo com palavras: “Estes homens (indica o coro) confessariam que aprovam o que eu fiz, se o terror não lhes tolhesse a língua! Mas, um dos privilégios da tirania consiste em dizer, e fazer, o que quiser.” (SÓFOCLES, 2005, p. 33).

Não sei se nos atrevemos a fazer uma analogia descabida, mas pensamos no coro na tragédia anunciada de Antígona, como aqueles que representam os discursos daquilo que não se pode combater (porque não se têm força) e trazemos esse entendimento para os dias atuais. Fazendo a transposição do texto de Antígona, por exemplo, para o contexto político em que vivemos hoje; podemos pensar que trata-se das incertezas, das inconstâncias, das relações de poder atravessadas pelo capital, que vão além do bem-dizer e do bem-fazer. E que, sob a égide do discurso do melhor para o povo, tomam-se atitudes que visam, em sua maioria, apenas aos próprios interesses e ao enriquecimento pessoal.

Da mesma forma que entendia Creonte – que não seria possível o homem governar sem que o respeitasse acima de tudo –, os políticos brasileiros poderiam pensar que, em nome “do bem para o povo”, podem fazer o que quiser, estando acima das leis. E esse discurso não é ocre porque o bem tratado aqui é na verdade um fim determinado, uma espécie de vantagem, que deve ser aquela principal e que contém em si, todas as outras, camuflada na oratória sofista e dissimulada de que a maior vantagem possível é o bem soberano. Aristóteles (1966) já problematizava esse entendimento ao escrever que a comunidade política era aquela soberana entre todas e incluía todas as outras. É a vontade política como a vontade do povo (e do coro) que hoje, em se tratando explicitamente do Brasil, silencia... Vale perguntar, por quê?!

Nos indagamos se algumas das questões levantadas, tão distantes temporalmente, permitiriam aproximação com a atualidade e com o papel que o docente poderia representar na recepção de Antígona na contemporaneidade, no contexto educacional. As leis são outras, o modelo de governo é outro, mas a forma de exercer o poder mudou? Seguindo o exemplo de Antígona, gostaríamos de refletir: O docente tem espaço e consegue se posicionar diante de tantos controles, metas e reformas supostamente retrógradas a que é submetido? E, mesmo se posicionando, será que, lentamente, seus argumentos se enfraquecem, perdem a força e morrem? Ou são enterrados vivos seguindo o destino da protagonista da obra de Sófocles? Será que foi domado o animal político? Será que não conseguimos mais exercer e gozar de nossos direitos naturais com competência e autonomia, uma vez que o sistema nos oprime e conduz nossas ações operando através de dispositivos de poder cada dia mais explícitos, mais visíveis e, ainda assim, tolerados? Calou-se o coro (o povo)?

Presenciamos hoje muitos atentados em que o *coro* bafeja ferozmente nas redes sociais, quando assim lhe interessa. Entretanto, nos momentos mais necessários, enfraquece e cala. Nesse contexto, aqueles que se arriscam e têm propriedade para defender o que está em jogo na educação correm risco de vida, expõem-se como Antígona, sem medir

as consequências. Se pensarmos nesse contexto vislumbramos alguns movimentos de resistência nas universidades. E já que não é possível pensar a educação sem pensar na atuação de professores e no papel político que as universidades ocupam, há que se (re)conhecer e respeitar esse papel. As universidades, segundo Butler (2008, p. 4) “[...] têm a obrigação de resistir às formas de intervenção externas que têm o objetivo de controlar o rumo da pesquisa acadêmica ou punir discursos extramuros”. Mas será que isso cabe **apenas** a elas e ao que elas representam?

Questionamos se as universidades e os docentes, assim como Antígona, não estariam carregando muitas responsabilidades sozinhos, diante do cenário político que parece enfraquecer os movimentos e tentar manter o coro calado? Não é função da universidade calar e aceitar que tolham o conhecimento. Para Butler (2018) a liberdade acadêmica consiste em questionar pensamentos e visões intelectuais por meio do engajamento coletivo, contrapondo qualquer forma de poder que tente intervir para servir estritamente a interesses políticos, como forma de vigilância ou censura que promova o medo.

Para Adorno (1995) um dos papéis da Educação seria o de emancipar o sujeito pela consciência e não apenas o de propagar a disseminação de conhecimentos. Tomando esse ponto, em que medida o docente consegue se emancipar e promover a emancipação dos educandos, para que estes não sejam presos pelas amarras dos sistemas que querem calá-los? Poderia um docente estimular a emancipação de outros, sem antes emancipar a si? Buscamos ainda inspiração em Adorno (1995), segundo o qual a democracia só poderia ocorrer em uma sociedade de quem é emancipado. Parece-nos que essa relação entre coragem e emancipação ecoa do universo grego ao contemporâneo na forma de reminiscências e instiga o docente a desacomodar-se, cabendo-lhe um posicionamento urgente, enquanto sujeito crítico e importante agente na constituição de uma sociedade mais justa.

Mas como? Não estamos supondo que falte coragem ao docente; consideramos que essa virtude, preconizada por Antígona, não apenas foi, mas continua sendo e será, a representação da bravura por meio da palavra e da atitude. Atitude de exprimir-se pela voz, embasando-se no conhecimento. A corajosa filha de Édipo e Jocasta, mesmo indefesa, correndo riscos, rompeu a dependência cega às determinações que encarceravam e faziam calar o coro aprisionado em seus próprios medos, numa atitude destemida que excedeu os limites da coragem.

Percebe-se que, no final da tragédia grega, não bastava à Antígona apenas a coragem individual para enfrentar o poder soberano, ela necessitava de mais apoio e menos silêncio alheio. A Creonte, o soberano, ao ignorar a voz solitária de sua nora e os conselhos dos oráculos, faltou humildade para admitir seus erros, evitando que novas tragédias sucedessem, inclusive a ele próprio. Porém, Antígona, emancipada, demonstrou sua bravura e, sem se deixar abater manteve-se firme em seu propósito. “O covarde é, por isso, um homem sem esperança, pois teme todas as coisas. O corajoso, em contraste, tem a disposição contrária, pois a confiança é a marca característica de disposição esperançosa.” (ARISTÓTELES, 2004, p. 71).

Mas ecoa a percepção de que sozinha Antígona ainda não se fez reverberar. Assim como as universidades, de forma isolada, não tem conseguido se colocar contra o perverso sistema que opera no Brasil e que teima em enfatizar que a educação não deve mais ser para todos. Ainda assim, solitária, Antígona não se deixou intimidar e foi às últimas consequências de sua vida terrena, na busca de justiça e dignidade àqueles a quem amava. Por que calou-se o coro (no passado, presente e futuro)? Por que mantém-se calado o povo?

Às vezes pensamos que, nesse mundo torto, lutar pelas coisas certas pode significar o exílio, o abandono, o retorno à caverna-túmulo. Num mundo onde o ‘eu’ assume proporções cada dia mais narcísicas, o coletivo emudece. E aquele que se atreve a erguer a voz é tomado, muitas vezes, como o “problema!”; a ele/ela cabe a morte e não a expiação!

2 Antígona e o coro (povo): educação, políticas e estratégias de silenciamento, resistência e escape

Alguns elementos da tragédia grega poderiam ser aproveitados por nós para retomarmos a questão: Como (sobre)viver nas atuais condições impostas à educação brasileira; atacar, lutar, resistir, escapar? Compreendemos que as quatro formas são válidas, mas são arriscadas. Atacar e lutar pressupõe estarmos preparados, engajados e unidos suficientemente e com as ferramentas necessárias para nossa resistência, a fim de não escaparmos antes de lidar com o problema. Mas estamos?

Ao que tudo indica, ainda não. A educação privilegia poucos, nossa classe parece não se mostrar muito unida, as redes sociais distorcem ou falsificam as informações. A interpretação, mesmo quando nos esforçamos para simplificar e esmiuçar as ideias, não demonstra o que estávamos querendo proclamar. Ao contrário nos interpretam conforme convém, mudam os sentidos para favorecer a interesses temporários, articulam uma guerra de palavras sangrentas para vencer o discurso a qualquer preço.

Dentro do neoliberalismo, como forma de vida do presente, certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse em cada um em particular, para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado. Todos estamos, de uma maneira sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e permanecer no jogo econômico do neoliberalismo. (LOPES, 2009, p. 155).

Nesse jogo em que falta interesse e competência para lidar com tema essencial como a educação, questionamos: No coletivo de instituições e educadores, temos estratégia? Articulamo-nos de maneira organizada e reflexiva ou, simplesmente, cedemos aos ataques e partimos para o contra-ataque, sem antes analisarmos todo o cenário? Será que não estamos caindo exatamente no mesmo jogo imposto a Antígona? Ao lutarmos sem pensar, cedendo às seduções e

emoções efervescentes do coro (quando este se manifesta), qual será nosso destino? Qual será o destino da educação? Será que nos deixaremos conduzir sem refletir sobre efeitos e desdobramentos de um direcionamento extremista, como coro calado e submisso? Como os animais empurrados por Noé para o embarque na arca, acreditamos que assim, e só assim, seria (e será?) possível sobreviver?

Relembramos que, nessa perspectiva de leitura, o coro representa, na atualidade, o unísono (ou a maioria) das vozes nas redes sociais, aquelas que são tomadas como verdade em nome do bem comum... Não seriam essas vozes mecanismos de controle da arte de governo[3] para incutir a discórdia e, em contrapartida, aumentar o abismo da comunicação e da interpretação entre lados opostos? Não estaríamos entrando no mesmo jogo ao enfrentar o *coro* e o suposto *rei* sem estratégias, apenas por militância política?

Mesmo sabendo que se trata de um processo construído sob regras estritas e historicamente produzidas, parece que a mídia, as pesquisas e a militância nas diferentes esferas políticas não observam as redes que engendram historicamente tal processo. Na maior parte das situações em que vemos aplicado hoje o conceito de exclusão, está-se falando de outra coisa, ou seja, de vulnerabilidade, de expurgação, de expulsão, de precarização e de marginalização, mas não propriamente de exclusão. Atribuir à exclusão os múltiplos sentidos ligados à privação da população de direitos conquistados enfraquece a questão e a obscurece politicamente. (LOPES, 2009, p. 158).

Segundo Lopes (2009) a articulação entre Estado e mercado está pautada em duas regras principais. Primeira: a permanência em atividade ininterrupta de controle, sustentabilidade e empresariamento, entre outras capturas; segunda: a inclusão de todos na necessidade de relações que permeiam o Estado, a população e o mercado. Nesse contexto, estaríamos sendo engolidos pela mesma estratégia? Os saberes de que nos constituímos ao longo dos anos não poderiam nos ajudar na elaboração cautelosa das estratégias, sem que necessitássemos nos aliar a artifícios e mecanismos adotados pelo governo e mercado, porém, em lado oposto? Lembremos do opressor e do oprimido de Freire (2009). Será que estamos cedendo à pressão de passarmos de oprimidos a opressores? Precisamos usar as mesmas armas do inimigo? Sugere-se prudência. Façamos a leitura apurada, a escuta atenta, antes de levantarmos as “espadas” para sairmos lutando sem os “escudos” que nos protegem.

Eis como a perspectiva da governamentalidade nos incita e desafia a identificar as estratégias cognitivas e os respectivos mecanismos de operacionalização, as redes de circulação da verdade e as modalidades de constituição do sujeito moderno. O mesmo é dizer: a questionar de frente o processo mesmo da institucionalização, isto é, o que parece inquestionável no presente. (LOPES, 2009, p. 115).

Aceitamos (cada vez mais passivamente) as regras de um jogo que não escolhemos jogar, para o qual fomos empurrados, levados pela corrente e conduzidos por discursos mimetizados de liberdade e justiça, os quais na verdade, em suas entranhas, fazem operar a violência, o ódio, o ideal de libertação de um salvador (messias?!), que acredita, mesmo, que pode mudar e libertar o País. Jogo que não admite que alguém fique sem jogar e que se organiza, segundo Lopes (2009, p. 155) a partir de três condições: ser educado a entrar no jogo; permanecer no jogo; e terceira, ter o desejo de permanecer no jogo.

Para estarmos educados a entrar no jogo, somos convencidos de que jogar é bom e necessário. Permanecemos no jogo para que não nos sintamos excluídos. Muitas vezes calamos e fechamos os olhos frente à disparidade e barbárie em nome da permanência na escola, no trabalho, na família... Porque não queremos ficar de fora... E aí a terceira condição opera de forma mais impactante, porque ao não querer estar fora, temos, por conseguinte, o desejo de permanecer. Aqui o círculo da dependência se estabelece e se mantém. Em geral, o coro (povo) não quer ser Antígona, sensibiliza-se com ela para que não pareça insensível, mas em nome de um bem-comum para **si mesmo**, o coro cala ou, ainda, quando temos como foco as redes e mídias sociais, repete aquilo que não o ensinaram a dizer.

Ao se dirigir (a si próprio) e estando imerso nas redes que o constituíram, tenderá a agir da mesma maneira sobre as condutas e os desejos dos outros. Tais condutas serão sempre legítimas para o próprio Estado que as criou, que as possibilitou e que as inventou. A competição instaurada entre indivíduos formados nessa ordem estruturante é uma das estratégias para que a dispersão não ocorra e para que o perigo da multiplicidade seja transformado em risco controlável. Ao mesmo tempo em que a multiplicidade se torna uma estratégia interessante para que o neoliberalismo possa se firmar como forma de organização e de distribuição de recursos e de formas de vida, ela também se constitui como uma ameaça à governamentalidade de um tipo de Estado. (LOPES, 2009, p. 165-166).

Lopes (2009) nos provoca à reflexão sobre a competição, a meritocracia e o desejo de se dizer “melhor” do que o outro, como se isso fosse mais importante do que as questões éticas e morais envolvidas nas relações humanas. Ao estimular a competição e, por conseguinte, a comparação entre os sujeitos – que são essencialmente diferentes – a partir de metas, por exemplo, manipula-se o coletivo de forma perigosa. O que faz com que ele mesmo acabe agindo como opressor de si.

Veiga-Neto e Lopes (2016)[4] trazem para este debate um outro conceito enquanto possibilidade de reação para um coro que não quer mais seguir Noé e/ou messias. Um conceito que não é mais da ordem do litígio e da guerra, como a resistência e a militância, mas da ordem da inteligência. Tratam os autores de apresentar o conceito de *contraconduta*, a partir de Foucault (2008), como possibilidade de *expiação*. Como forma de contornar os muros sem atrito direto.

Foi na 8ª aula do curso Segurança, território, população — no dia 1º de março de 1978 — que Michel Foucault (2008) chamou de *contraconduta* à forma pela qual um indivíduo, um grupo ou uma população,

se conduz sem obedecer àquele que conduz, mas também sem romper com a condução. Não se trata nem de dissidência nem de resistência; e, nem mesmo, de ser *tout court* contra qualquer forma de condução. Ao contrário, a *contraconduta* pode ser entendida como uma estratégia que alguém ou um grupo desenvolve a fim de ser conduzido de outras maneiras; trata-se de inventar, ativar e seguir outros modos de ser conduzido. (VEIGA-NETO; LOPES, 2016, p. 522).

A *contraconduta*, para os autores, é da ordem do ativismo e da inteligência. Abandona a perspectiva de entendimento de que um lado está certo e o outro, errado. Transforma-se o objeto de tensão porque o que era pressuposto passa a ser o próprio tema das considerações. Nessa perspectiva, vai por “água abaixo” a cegueira e o silenciamento do coro que exclui todas as alternativas de solução e/ou impasse. Numa perspectiva dialética, enquanto práxis dialógica, confrontam-se dois lados, com iguais direitos e passam a constituir uma outra relação. Não é mais uma possibilidade de escapar ou de resistir. Mas será possível ajustar a *contraconduta* como estratégia para pensar a educação? Veiga-Neto e Lopes argumentam:

No caso da Educação, a *contraconduta* tem se mostrado uma ferramenta muito útil para, por exemplo, descrevermos e analisarmos os intrincados processos que ocorrem nas escolas. Certas práticas que, muitas vezes, são vistas como indisciplinadas ou de resistência podem ser mais bem compreendidas no registro da *contraconduta*. Isso fica evidente naquelas pedagogias atuais que privilegiam a flexibilização, a volatilidade, o endividamento, o autoempresariamento, a resiliência e, principalmente, a competição. (VEIGA-NETO; LOPES, 2016, p. 523).

Está implícito no conceito de *contraconduta* uma ideologia de empoderamento, respeito, alteridade e de *cuidado de si*. Antígona (docentes) e o coro (povo) ao adotarem essa estratégia não se eximem, não se omitem, não se colocam em perigo como fez Antígona, mas também não se calam. Ao contrário, mansamente e inteligentemente inventam outras formas de se deixar conduzir. Antígona (docentes) e o coro (povo) *cuidam de si* e de seus pares, numa espécie de relação mais amorosa e solidária.

3 CONTRACONDUTA E CUIDADO DE SI: quando Antígona e o coro (povo) se reconciliam

Diante de um deslocamento temporal como metáfora e ao aproximarmos uma possibilidade de articulação com a concepção de *contraconduta* foucaultiana, retomada por Veiga-Neto e Lopes (2016), o que estamos tentando encontrar é um ponto de equilíbrio (ou de sobrevivência), no sentido de almejar uma alternativa de reconciliação entre Antígona e o coro (povo).

Sem a pretensão de inculcarmos uma verdade absoluta ou uma solução imediata para um problema tão sério quanto o da crise na educação brasileira, entendemos que a figura do equilibrista surge como possibilidade para nossa análise. Em primeiro lugar, lançamos essa questão sobre o indivíduo, a ação e o resultado desta. Ou seja: o *equilibrista*, a ação de *equilibrar-se* e o *equilíbrio*.

Começamos pela ação de equilibrar. Segundo Michaelis (2019), equilibrar significa contrabalançar, não deixar exceder, compensar. Em Física, diante de um sistema de forças a que um corpo é submetido, estas forças se compensam, se anulam, dando estabilidade ao corpo, ou seja, proporcionando o equilíbrio. Nesse sentido, o equilibrista entende que a habilidade em movimentar seu corpo vai depender dele mesmo, no sentido de ajustar sua posição, deixando que as forças ao seu redor sejam anuladas por elas mesmas, a fim de que o somatório das resultantes das forças aplicadas a seu corpo seja igual a zero, ou melhor, proporcione estabilidade.

Mas será que a definição do termo dicionarizada dá conta do que tentamos problematizar neste artigo, ou engessa as possibilidades de reflexão crítica? Será que é possível transgredir e/ou escapar dela? Por exemplo, quando pensamos sobre os papéis que o estabelecimento de uma figura de autoridade exerce na escola, já que temos como foco dos debates até aqui a educação, é possível a concretização de uma relação de equilíbrio? Essa relação de autoridade implica cerceamento de liberdade?

Para Freire (1996), a autoridade opera na liberdade e, por conseguinte, tem como resultado a disciplina. Ele escreve “[...] o equilíbrio entre autoridade e liberdade implica necessariamente o respeito de uma pela outra, expresso na assunção de que ambas são feitas de limites que não podem ser transgredidos (1996, p. 99). Não seria justamente o reconhecimento de que existem limites que não podem ser transgredidos e que precisam ser respeitados o que nos faz/torna equilibristas?

Ditados populares enfatizam que muitas vezes a solução de um problema está no meio, no bom senso (aqui o equilíbrio se apresenta como lugar e o coro apenas observa, se exime de opinar). Foucault (2001) explicita que mais importante do que o resultado é o processo, nesse caso o equilíbrio é o meio (as estratégias – aqui o coro é perturbado e precisa posicionar-se em algum momento; ele precisa se movimentar/equilibrar). O senso comum há de se contrapor a afirmativas dessa natureza porque precisa dogmaticamente acreditar (como em um ato de fé no poder pastoral) que há uma verdade que deve ser seguida por todos (aqui o coro professa sua fé e segue o líder, o equilíbrio está fora dele e a responsabilidade também). Porém, na perspectiva de Antígona, onde estaria o equilíbrio? Poderia ela ter adotado outra estratégia mantendo suas convicções e princípios morais? Havia alguma possibilidade de equilíbrio entre o que ela defendia (justiça), Creonte (como autoridade) e o coro/povo (possibilidade de liberdade)?

O que queremos demonstrar é que o foco do equilíbrio está na ação de se equilibrar e não nas forças que tentam desestabilizar o equilibrista. Então, cabe ao equilibrista, diferentemente de Antígona, ajustar sua posição, antes de

enfrentar as forças. Não se trata apenas de escutar ou silenciar o coro ou enfrentar Creonte diretamente, mas de entender o movimento e a localização destas forças para não desestabilizar e cair.

O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade; e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento que negam o que venham chamando a vocação ontológica do ser humano. Assim como inexiste disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, a autoridade ou a liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais. (FREIRE, 1996, p. 99).

Como resultado de ação da autoridade, temos um coro dividido, que assume lados. Não há equilíbrio e ele se afasta ainda mais de Antígona. Vale perguntar: A quem interessa um coro (ou povo) organizado, fortalecido e empoderado?

Deslocando a ideia para o contexto da educação, parece-nos que Foucault vem nos ajudar nesta proposta para pensarmos a contraconduta como uma forma de *cuidado de si*, em sentido de autoproteção, ou seja, de um *movimento de si para si* que, semelhante ao do equilibrista, não cede às forças de quem o conduz pelas vias que não concorda, tampouco rompe, com a condução das forças, mas desenvolve estratégias em que depende de si mesmo para seguir o próprio modo de se conduzir.

O que pode muitas vezes parecer omissão para alguns, na verdade, é uma forma de cuidar de si e de equilibrar os valores em um processo ou relação. É um ato de humildade porque implica abrir mão de certezas e verdades absolutas, de altruísmo e bom senso, porque reconhece como legítimas outras possibilidades e outras formas de verdades, ainda que não concorde com elas. Mas não pode ser, em momento algum, tomado como submissão só porque teimamos em assumir um lado em relação ao outro, deixando de explorar, por exemplo, a terceira margem de rio enquanto possibilidade de dobra e ativismo! Esse *movimento de si para si* personificado em Antígona (docentes) e no coro (povo) sinaliza que eles dependem de si mesmos para prosseguirem ou se deixarem conduzir à própria maneira. Isso não significa deixar de ser Antígona (docentes) ou coro (povo).

Aqui nos concentramos na contraconduta como esse movimento de si para si, em que as *tecnologias de si* não estariam a serviço das outras tecnologias^[5] (trabalho, signos e poder), mas a serviço de si como prática de equilíbrio que o docente poderia utilizar para sua sobrevivência, no atual cenário. De tal modo que pensamos no *cuidado de si*, no sentido greco-romano, como anterior ao *conhecimento de si*, ou seja, numa proposta em que o *si não* seria uma renúncia, mas uma necessidade. "Em suma: houve uma inversão de hierarquia entre os dois princípios da antiguidade, 'cuida de si mesmo' e 'conhece-te a ti mesmo'. Na cultura greco-romana o conhecimento de si surgiu como consequência do cuidado de si. No mundo moderno, o conhecimento de si constitui o princípio fundamental." (FOUCAULT, 1982, p. 329).

O que queremos evidenciar é que existe a necessidade de uma ação política que requer conhecimento e atitude; todavia, em tempos tão dominados pelas forças obscuras dos discursos inflamados nas redes sociais, não podemos renunciar o "*si mesmo*" para tratar questões políticas, sem que haja equilíbrio. "A intersecção entre a ambição política e amor filosófico é o 'cuidado de si'." (FOUCAULT, 1982, p. 330). Nesse aspecto, compreendemos a noção de *cuidado de si* como *contraconduta*, a fim de que não sejamos capturados pelos processos de subjetivação utilizados como forma de governo, submetendo-nos a avançar sem a devida proteção e análise.

É nessa direção que conseguimos vislumbrar um possível horizonte para a reconciliação entre Antígona e o coro (povo). Se nos equilibrarmos para entender e compreender o movimento das forças externas a nós, reconhecendo-as como legítimas, poderíamos superar a pressão do coro e dos movimentos "do vento", a fim de nos protegermos e nos prepararmos face aos constantes ataques.

Consideramos que um dos principais objetivos da pressão das forças atuais, em se tratando da educação, é o de desestabilizar, de nos induzir ao nosso desequilíbrio e, conseqüentemente, à desavença com o povo, utilizando nossos posicionamentos como contra-ataque a nós mesmos, seja por meio das redes sociais, de ameaças, de violência, ou, ainda, pelo uso de artifícios de poder. É nessa perspectiva da contraconduta, como esse movimento inteligente de aproximação e reconciliação com o povo, que nos inspiramos como uma alternativa de equilíbrio.

Nesse jogo, que se estabelece entre momentos de silenciar e de manifestar, precisamos considerar que nossa articulação vai se constituindo e se fortalecendo em nosso convívio e em nosso discernimento, para analisarmos as conjecturas atuais. Assim, engajados na necessidade de *cuidado de si* como forma de *contraconduta* e, por meio do nosso conhecimento, podemos estabelecer relações mais amorosas e solidárias, indo na contramão ao que está sendo proposto. Não estamos com isso afirmando que há uma solução conciliatória, unânime, imune aos potenciais conflitos. Apenas sinalizamos que a contraconduta enquanto *cuidado de si* permite outras possibilidades de interação e de mediação que tomam o coro/povo, assim como Antígona, como protagonistas de suas ações. Ao cuidar de si, cuida-se também do outro!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Hemus, 1966.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: M. Claret, 2004.
- BAKHITIN, M. (2000). *Estética da criação verbal* (P. Bezerra, Trad.). (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).
- FOUCAULT, Michel. *Tecnologias de si* (1982). *VERVE: Revista do Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*. PUC-SP, n.6, p. 321-360, 2004
- FOUCAULT, Michel. *Postface. Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- SÓFOCLES. *Antígona*. eBooksBrasil, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes,

2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 2009

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. In: *Educação & Realidade*, mai/ago 2009, p. 153 - 169. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8297/5536> Acesso em: 30 mar 2019.

MICHAELIS. *Dicionário on line da Língua Portuguesa*. Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 25 mar 2019.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude / Friedrich Nietzsche*. Trad.: Marcos Sinésio Pereira Fernandes, Maria Cristina dos Santos de Souza? rev. da trad.: Marco Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Contraconduta e foco de experiência: ferramentas para problematizar a inclusão social. In: RODRIGUES, Heliana Conde. RODRIGUES, Heliana Conde; PORTOCARRERO, Vera; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Michel Foucault e os saberes do Homem: como, na orla do mar, um rosto de areia*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 519-530.

[1] NIETZSCHE, 1992, reimpr. 2003. Op. cit., § 8, p. 61.

[2] Tomamos a ideia de coragem na concepção aristotélica e, nesse sentido, a coragem é o equilíbrio entre a covardia e temeridade. Aristóteles (2004).

[3] Tomamos a ideia de arte de governo como: “conjunto de saberes que estatui uma racionalidade própria, particular ao Estado.” (VEIGA-NETO, 2002, p. 15)

[4] Texto apresentado e discutido no encerramento do VIII Colóquio Internacional Michel Foucault, na UERJ, Rio de Janeiro/RJ, no dia 25 de outubro de 2013. Publicado em 2016.

[5] Para Foucault (1982, p. 323-324), as *tecnologias de produção* permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; as *tecnologias dos sistemas de signos* permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; as *tecnologias de poder* determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou à dominação e as *tecnologias de si* permitem aos indivíduos efetuar, por si mesmos ou com a ajuda de outros, modos de conduta para atingir determinados objetivos.